



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012429-74.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**  
 Embargante: **Nicola Carisani Neto e outro**  
 Embargado: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Nicola Carisani Neto e sua esposa Michele Cristine Tordin opõem, contra a Fazenda do Estado de São Paulo, embargos de terceiro, distribuídos por dependência ao processo nº 0019698-94.2010.8.26.0566, objetivando a desconstituição das penhoras levadas a efeito no referido executivo fiscal, que recaíram sobre os imóveis objetos das matrículas 119.807, 119.808 e 119.809, sob o fundamento de que em 2004, muito antes da propositura da execução fiscal, receberam esses imóveis em pagamento por serviços de construção civil que a empresa do primeiro embargante, denominada JNA Construtora Ltda., realizou em favor da executada Kalyandra Indústria e Comércio Ltda.

Os embargos foram recebidos com efeito suspensivo.

A embargada contestou, afirmando que a alienação, por escritura pública, ocorreu somente em 2011, após a propositura da ação de execução fiscal e, portanto, em fraude à execução, levando a executada à insolvência.

Sobre a contestação manifestaram-se os embargante.

O processo foi saneado, determinando-se a produção de prova documental, a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

encargo dos embargantes.

Os embargantes produziram prova documental, sobre a qual manifestou-se a embargada.

É o relatório. Deciso.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91), e acrescentando-se que, pela decisão de fls. 393/395, foi determinada a produção apenas de prova documental, sem qualquer irresignação das partes, sequer na forma do § 1º do art. 357 do Código de Processo Civil, de modo que aquele decisum tornou-se estável.

Sustentam os embargantes que adquiriram os imóveis em 2004, muito antes da propositura da execução fiscal, tendo-os recebido em pagamento por serviços de construção civil que a empresa do primeiro embargante, denominada JNA Construtora Ltda., teria realizado em favor da executada Kalyandra Indústria e Comércio Ltda.

Às fls. 107/112 verificamos que a inscrição em dívida ativa deu-se em 2010, de modo que, se comprovada a aquisição em 2004 como alegado pelos embargantes, não incidirá a presunção de fraude à execução prevista no art. 185 do CTN.

Como deliberado no saneamento, compete aos embargantes a prova de aquisição dos imóveis antes da lavratura da escritura pública, que ocorreu somente em 2011, conforme fls. 20/22, 23/25 e 26/28.

Os documentos que instruíram a inicial não comprovavam essa alegação, em conformidade com análise empreendida em decisão de saneamento e organização do processo, fls. 393/395, na passagem que transcrevo abaixo e que faz parte integrante desta sentença:

(...) O atestado de fls. 58 é assinado por preposto da executada, ou



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

seja, de parte interessada na causa, razão pela qual a data ali mencionada (25.01.2005) deve ser vista com reservas, mormente porque não há reconhecimento de firma no documento, nem qualquer elemento que permita assegurar a veracidade da datação.

As fotografias de fls. 59/62 apenas comprovam que houve uma construção ou reforma, mas não permitem identificar o envolvimento da JNA Construtora Ltda.

O fax de fls. 63/67 precisa ser melhor explicado pelos embargantes quanto ao seu remetente, seu destinatário e a finalidade da transmissão.

Os documentos de fls. 68/104 são pertinentes à obra mas não permitem concluir qualquer envolvimento da JNA Construtora Ltda, pois ela não é mencionada e não consta dos autos qualquer prova de eventual vínculo entre as pessoas físicas indicadas nessa documentação, e a referida empresa.

Nota-se, assim, a fragilidade probatória, não sendo suficiente a prova documental de fls. 29/47, no sentido de que a JNA Construtora Ltda teria, em 2009 e/ou 2010, pago o IPTU relativo aos imóveis.

Aliás, sequer comprovaram os embargantes que Nicola Carisani Neto seria sócio da JNA Construtora Ltda.

Pois bem. Instados os embargantes a produzirem mais prova documental, vieram aos autos os documentos de fls. 400/458, que passo a examinar.

A ficha cadastral de fls. 400/401 comprova que o embargante Nicola Carisani Neto de fato, desde o início das atividades empresariais da JNA Construtora Ltda, foi seu sócio e



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

administrador.

Além disso, os embargantes trouxeram prova documental produzida à época das construções, comprovando inúmeras prestações de serviços, pela JNA Construtora Ltda, em favor da executada Kalyandra Indústria e Comércio Ltda ("Tânagra"), indicando que de fato a JNA Construtora Ltda cuidou da aprovação de plantas junto à Prefeitura Municipal, forneceu mão de obra, negociou material a ser utilizado. Confirmam-se, a propósito: cartas de fls. 402/406; orçamento de fls. 407; cartas de fls. 408/416; auto de embargo da Prefeitura Municipal em uma obra, assinado pelo embargante Nicola Carisani Neto, em 2005; declaração escrita por Erika do Amaral de Angelo, que aliás consta como responsável da Kalyandra em diversas das missivas acima indicadas, fls. 430, com comprovação do seu vínculo com a empresa em questão, fls. 433; declaração assinada por Nirvino Fatimo Doro, fls. 438, funcionário da Kalyandra e inclusive mencionando o pagamento feito à JNA Construtora Ltda por intermédio da entrega de lotes, fls. 438, com comprovação de que de fato era empregado à época, fls. 442; declarações de diversos outros funcionários, à época, fls. 444, 445, 446, 447, confirmando as construções levada a efeito pela JNA Construtora Ltda; declaração de funcionários que trabalharam para a JNA Construtora Ltda, confirmando essas obras relativa à Kalyandra, com prova do vínculo com a JNA à época, fls. 450/452, 453/454.

Também foi apresentada explicação válida para a lavratura da escritura só em 2011: ausência de CND em nome da executada-outorgante.

Esse conjunto robusto de documentos não foi satisfatoriamente impugnado pela embargada e, em realidade, é capaz de formar convicção de certeza no sentido de que, realmente, os embargantes adquiriram os imóveis muitos antes de inscrito o débito em dívida ativa, razão pela qual devem ser acolhidos os embargos.

Ante o exposto, acolho os embargos de terceiro para desconstituir as penhoras que tiveram por objeto os imóveis objetos das matrículas 119.807, 119.808 e 119.809, devendo a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

serventia, com o trânsito em julgado, certificar esse fato nos autos da execução fiscal, dando cumprimento ao ora aqui deliberado.

Condeno a embargada em custas e despesas de reembolso e em honorários advocatícios, arbitrados estes em 15% sobre o valor atualizado atribuído à causa nos embargos.

P.I.

São Carlos, 25 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**